

Colégio de Líderes aprova urgência para 5 projetos do plano do governo

por Eduardo Hollanda
de Brasília

O Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados aprovou ontem, no final da tarde, a tramitação em urgência urgentíssima para cinco dos dez projetos que integram o Plano Itamar, atendendo solicitação do líder do governo Roberto Freire (PPS-PE). A decisão de Freire de pedir urgência apenas para estes projetos se deveu à falta de consenso entre os líderes em relação ao plano econômico do governo.

Os cinco projetos que tiveram a urgência são: Ouvidoria-Geral da União; plano de carreira para o Ministério da Ciência e Tecnologia; o que determina o pagamento de contribuição para o Plano de Seguridade Social dos servidores públicos; alteração da lei das privatizações, permitindo que empresas estrangeiras possam administrar as estatais;



Roberto Freire

a serem privatizadas; e a regulamentação da devolução do empréstimo compulsório sobre veículos e combustíveis.

FREIRE GANHA TEMPO

Com respeito a outros projetos, Freire decidiu ganhar mais uma semana, "para que todas as dúvidas sejam esclarecidas e possamos

aprovar todo o restante do plano, além da regulamentação do IPMF", afirmou.

Os cinco projetos que ainda vão esperar novas negociações são os seguintes: criação da Agência Espacial Brasileira (ver matéria nesta página); transformação do CADE em autarquia; criação da Secretaria Nacional de Entorpecentes; incentivo ao setor automotivo (ver matéria nesta página); e extinção do INAMPS. Segundo o líder do PSDB, José Serra, a escolha ontem de cinco projetos menos problemáticos, em termos de aprovação, "ajuda a limpar a pauta". Serra acredita que na próxima semana todos os demais projetos serão aprovados. "Temos que aproveitar o momento de extrema confiança da sociedade, vindo com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Economia. Não é possível que disputas políticas menores prejudiquem esta

vontade nacional", afirmou Serra.

IPMF E SETOR AUTOMOTIVO

Freire espera votar a regulamentação do IPMF até a próxima terça-feira, depois de perceber ontem que não conseguiria colocar o projeto do IPMF em votação, segundo apurou a repórter Adriana Vasconcelos (ver matéria nesta página). A regulamentação do imposto foi obstruída ontem pelo deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), que pediu vistas ao projeto. A posição contrária do PT também deixou dúvidas quanto à aprovação do projeto de incentivo ao setor automotivo. Em relação a este projeto, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados retirou-o da pauta da reunião e encaminhou às lideranças um pedido para que fosse dado um prazo maior para a discussão do assunto, segundo apurou a repórter Luiza Pastor.